PROJETO DE LEI Nº , de 2017
(Do Sr. Vicente Cândido e Outros)

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, e a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 10, da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. É direito do torcedor que a participação das entidades de prática desportiva em competições organizadas pelas entidades de que trata o art. 5º seja exclusivamente em virtude de critério técnico previamente definido.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de entidade de prática desportiva em razão de colocação obtida em competição anterior.

§ 2º Fica vedada a adoção de qualquer outro critério, especialmente o convite, observado o disposto no [art. 89 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998](#).

§ 3º Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, serão observados o princípio do acesso e do descenso por mérito desportivo, sem prejuízo da perda de pontos, na forma do regulamento da respectiva competição.

§ 4º Serão desconsideradas as partidas disputadas pela entidade de prática desportiva que não tenham atendido ao critério técnico previamente definido, inclusive para efeito de pontuação na competição.

§ 5º (REVOGADO)”

Art. 2º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.3º.....

.....

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

§ 1º

§ 2º O desporto de formação pode ser organizado por entidades de prática desportiva formadoras, certificadas nos termos do § 3º do art. 29 desta Lei, de forma gratuita, e praticado por menores com idade a partir de dez anos, e por escolas públicas ou privadas, desde que tenha o seu funcionamento devidamente autorizado pelo poder público, conforme determinação legal.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo deste projeto de lei é corrigir distorção incluída pela Lei nº 13.155, de 2015 no art. 10 da Lei nº 10.671, de 2003 e acrescentar o § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.615, de 1998.

Ao se exigir a apresentação de certidões negativas de débito para a disputa de competições, o legislador ordinário invadiu esfera que não é da sua competência.

Embora a inconstitucionalidade de tal dispositivo legal ainda penda de julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, arguida por intermédio da ADI 5450, por afronta ao art. 217 da Constituição Federal, que em seu inciso I consagra *a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento*, nada impede que a correção ora pretendida se faça por intermédio do devido processo legislativo.

A não apresentação de certidão negativa de débito não configura critério técnico a impedir determinado clube de participar da disputa de competições. A iniciativa legislativa que impôs tal condição desconsiderou que o Poder Público já dispõe de outros meios para a satisfação de eventuais créditos tributários não quitados pelo contribuinte.

Em nenhum ramo de atividade o inadimplente no pagamento de tributos é obrigado a encerrar suas atividades, como determinava o dispositivo de lei ora reformado. Nem se alegue que pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é exigida a apresentação de certidões negativas de débito para a contratação junto ao Poder Público, uma vez que eventual empresa que não cumpra tal condição fica impedida de contratar com o Poder Público, mas tem todo o mercado privado para absorver seus bens ou serviços.

Importante, ainda, mencionar que entre o término da esfera administrativa e o ajuizamento de uma execução fiscal, não há como se obter a CND, a não ser por medida cautelar e mediante a garantia do Juízo. Caso o clube não tenha êxito na obtenção da liminar e da consequente CND ficará condenado à inatividade, mesmo que o débito tributário em questão ainda esteja em discussão judicial sem trânsito em julgado.

Só na Federação Paulista de Futebol, por exemplo, clubes participantes da primeira divisão não dispõem de certidões negativas de débito e não poderão disputar o campeonato de 2018 se mantido o regramento legal ora inquinado.

No Brasil, os campeonatos da categoria de base têm sido uma vitrine de novos talentos. Por outro lado, os problemas com a categoria são muitos, entre eles, uma legislação que enfraquece o trabalho formador dos clubes.

É preciso modificar a estrutura do nosso futebol e a forma como os futuros talentos são trabalhados.

Entende-se, portanto, necessária e pertinente a correção do dispositivo legal objeto desta proposição legislativa, que tantas consequências negativas pode trazer para o desenvolvimento do futebol brasileiro se não for reformado antes de surtir efeitos.

Deputado Federal **VICENTE CÂNDIDO**

Deputado Federal **ROGÉRIO MARINHO**

Deputado Federal **MARCUS VICENTE**

Deputado Federal **ANDRES SANCHEZ**

Deputado Federal **JOSÉ ROCHA**